

APONTAMENTOS E PARTICIPAÇÕES

A audiência foi iniciada com rituais tradicionais dos povos Guarani e Kaiowá, cantos e poesias apresentados pelo movimento de mulheres negras de MS.

Em seguida foi realizada a mesa de abertura, com a participação dos representantes já enumerados acima. A primeira mesa trouxe o tema **DA GESTAÇÃO AO PARTO: PERSPECTIVAS DAS MULHERES INDÍGENAS E NEGRAS**, onde as parteiras tradicionais destes povos relataram como as suas culturas tratam as mulheres durante a gestação, parto e pós-parto. Elas demonstraram a importância da medicina tradicional (cantos, rezas, chás e banhos com plantas e raízes, massagens e dietas) para se ter um parto bem-sucedido. Destacando também a importância do contato afetivo com as gestantes para que o parto aconteça de forma natural inclusive sem a necessidade de intervenções médicas e hospitalares. Essa mesa foi apresentada quase que majoritariamente na língua Guarani e traduzida para o português pelas tradutoras indígenas, o que garantiu a acessibilidade de todos no evento.

A segunda mesa intitulada de **VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E A ATUAÇÃO DA REDE DE CUIDADOS PERINATAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS** apresentou dados de nascimentos (vaginais e cesarianos) nas diferentes localidades do estado. Com relação às mulheres indígenas, as informações trazidas pela SESAI demonstraram as localidades que algumas regiões com maior índice de parto cesariano. As dificuldades também em relação ao desconhecimento da língua portuguesa, das terminologias médicas e da falta de comunicação entre a equipe de saúde dificultam o atendimento e transformam em desconhecimento das mulheres, muitas vezes se configurando em violência obstétrica. Nesta mesa foram feitos alguns relatos de mulheres indígenas que sofreram violência obstétrica em alguma fase da gestação, conforme documentos anexo.

Na terceira mesa com tema **INTERCULTURALIDADE DE SABERES: PRÁTICAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA** organizações ligadas aos povos indígenas compartilharam suas experiências. Foram relatadas as trocas de saberes onde os dois sistemas caminham juntos, onde a medicina biomédica absorve e respeita os saberes das medicinas tradicionais. Observou-se nesta mesa que as práticas de cuidados na perspectiva intercultural podem amenizar ou extinguir os casos de violências. É fundamental que os serviços de saúde estejam atentos ao diálogo com as mulheres indígenas. Merece destaque a figura da parteira que traz consigo diversas dimensões de cuidado como ser “psicóloga, médica, botânica, farmacêutica, mãe...”. E, por fim, no diálogo sobre o nascer, foi possível aproximar o sentido de luta pela existência, a continuidade de um povo, onde o contrário é o risco de etnocídio.

Vale ressaltar que todas as mesas desta audiência foram traduzidas e ou conduzidas por mulheres indígenas.

Após a última mesa, o encerramento da audiência se deu com uma fala do Procurador Marco Antonio e da Aranduhá Kaiowá, ambos emocionados relataram a importância da mobilização de todas e todos para o enfrentamento da violência obstétrica contra as mulheres indígenas e negras e demais formas de violências.

ENCAMINHAMENTOS

- Fortalecer o diálogo intercultural entre as instituições (SESAI e demais pontos da Rede SUS, COREN, SOGOMATSUL, CRM, Hospital da Missão e demais hospitais de região) e as mulheres negras e indígenas para melhorar a qualidade e a segurança na assistência ao

pré-natal, parto, nascimento e puerpério, em especial no respeito aos cuidados dos povos indígenas e demais grupos tradicionais;

- Fortalecer e/ou incentivar o funcionamento do grupo condutor da Rede Cegonha e o Fórum Perinatal de Dourados e região (Publicizar a agenda. Quem são os membros? Há representação da SESAI? Há recorte para as especificidades mulheres negras e indígenas. Quais indicadores são monitorados?);
- Solicitar relatório semestral ao Comitê de investigação do óbito fetal e materno e infantil da região de Mato Grosso do Sul (Solicitação à SES e solicitar o recorte para as mulheres negras e indígenas);
- Solicitar um levantamento do HUGD e demais hospitais da região de Dourados dos seguintes indicadores: taxa de cesárea, parto vaginal, acompanhante de livre escolha (antes, durante e depois do parto), episiotomia, contato pele a pele e posição parto;
- Solicitar dos serviços de saúde uma descrição detalhada do acolhimento da gestante desde o pré-natal ao pós-parto, em especial das mulheres negras e indígenas;
- Garantir a contratação de profissionais de saúde indígenas falante do idioma nos hospitais de referência dos municípios através de processo seletivo diferenciado;
- Incentivar e ampliar a experiência da SESAI no Polo Base de Amambai, com o Projeto “Grupo Kuña Puru’a Rye Guasu” (Grupo de Gestantes – Saúde da Mulher e da Criança), para construir espaços de diálogo e incentivo aos cuidados compartilhados dos saberes tradicionais e equipes multiprofissionais no DSEI de Mato Grosso do Sul;
- Verificar junto aos hospitais de referência de Dourados e região o cumprimento das legislações: o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato (Lei nº 11.108, de 2005); o direito a conhecimento e vinculação à maternidade de referência (Lei nº 11.634, de 2007); e o direito à proteção contra as violências obstétricas (Lei estadual nº 5217, de 2018). Quais ações efetivas estão em andamento para garantia da legislação?
- Garantir a Declaração de Nascidos Vivos (DNV) a todas os recém-nascidos indígenas, que a SESAI se responsabilize pelos nascidos nas comunidades indígenas.
- Investigar as situações de acolhimento institucional de recém-nascidos no pós-parto nos hospitais de referência das comunidades indígenas;
- Requerer informações da UFGD sobre curso de extensão/ especialização para capacitação de conselheiros tutelares e profissionais da Rede de proteção à criança e adolescentes indígenas;
- Realizar ações de Educação Permanente na Rede SUS, em especial aos profissionais da SESAI, sobre a violência obstétrica e parto humanizado;
- Solicitar investigação pela SESAI e demais instâncias de proteção à mulher da denúncia de assédio de profissionais que exige telefone das mulheres ao realizar a administração do anticoncepcional injetável;
- Garantia de transporte às gestantes em situação de emergência pelos municípios, com organização e acompanhamento da Rede de Urgência e Emergência;
- Realizar ações de conscientização sobre a Violência Obstétrica e Racismo institucional. Confeccionar material didático. Observamos na audiência que muitas mulheres e famílias desconhecem o termo, embora sejam vítimas de intervenções desnecessárias, inseguras/ ou maléficas;
- Criar um canal para registro e denúncia das violências obstétricas no DSEI Mato Grosso do Sul;
- Solicitar as atividades em andamento da Rede Cegonha, Apice On, SOGOMATSUL, SESAI, COREN, CRM, Hospital Universitário (HUGD) e demais hospitais municipais da Região da

Grande Dourados para o enfrentamento da mortalidade materna, óbito fetal e neonatal e das violências obstétricas, incluindo as residências em saúde;

- Realizar reuniões periódicas para o monitoramento dos encaminhamentos desta Audiência Pública, bem como a realização de outra no 2º semestre de 2019.

MOÇÃO DE REPÚDIO: Participantes presentes repudiam o despacho do Ministério da Saúde, de 3 de maio de 2019, assinado pela Coordenação geral de Saúde das Mulheres, sobre a abolição do termo “violência obstétrica”. Também repudiam as tentativas de municipalização da Saúde Indígena e o atraso do salário dos profissionais da SESAI/DSEI MS.

DENÚNCIAS: Esta audiência acolheu como denúncia de Violência Obstétrica o caso de Esther Salina. Outros dois documentos relatando violências foram lidos e as autoras deverão ser consultadas sobre a divulgação de suas identidades.

PROGRAMAÇÃO

MESA DE ABERTURA

Marco Antônio Delfino Neto - Procurador Federal do Ministério Público Federal, Comarca de Dourados; Fernando da Silva Souza - Coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena de MS (DSEI/SESAI); Naara Aragão - representante da Superintendência do Hospital Universitário de Dourados (HUGD); Alessandro Postal - responsável pela Obstetrícia do Hospital Universitário de Dourados (HUGD); Vanessa Chaves Miranda - Presidente da Sociedade de Ginecologia e Obstétrica de Mato Grosso do Sul (SOGOMAT-SUL); Coletivo de Mulheres Negras do Mato Grosso do Sul (CM NEGRAS/MS); Ana José Alves (Subsecretaria de Promoção de Igualdade Racial); Fernanda Lamera (Rede Cegonha/SES); Lucinda Pedrosa do Rosário (Secretaria Estadual de Saúde) e Edmeiry S. Broch – Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul - Núcleo de Defesa e Promoção de Direitos da Mulher (NUDEM).

MESA I - DA GESTAÇÃO AO PARTO: PERSPECTIVAS DAS MULHERES INDÍGENAS E NEGRAS

Palestrantes:

Lucila Assis e Ilma Gonçalves (Kunã Jeguaka Ju) - Nhandesys/parteiras Guarani e Kaiowá

Lúcia Pereira Kaiowá - Mestranda em Antropologia na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Eliane Oliveira - Movimento das Mulheres Negras

Mediadora da mesa- Aranduhá Kaiowá

Tradutora na língua materna indígena - Mbo’i Jegua

MESA II - VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E A ATUAÇÃO DA REDE DE CUIDADOS PERINATAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Palestrantes:

Liliane Ferreira - Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/DSEI MS)

Fernanda Lamera- Rede Cegonha (SES MS)

Karine Gomes Jarcem - Enfermeira obstétrica e mediadora do Projeto Aprimoramento e Inovação do Ensino e Obstetrícia- Apice On

Vanessa Chaves Miranda - Ginecologista e obstetra, Presidente da Associação de Ginecologia e Obstetrícia de Mato Grosso Do Sul (SOGOMAT-SUL)

Lulhara Arguelho - Coletivo de Mulheres Negras do Mato Grosso do Sul (CM NEGRAS/MS)

Mediadora: Cátia Paranhos (UFGD)

Tradutora na língua materna indígena: Jéssica e Mbo'i Jegua.

MESA III - INTERCULTURALIDADE DE SABERES: PRÁTICAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Palestrantes:

Paula Rodrigues - Psicóloga da Secretaria Especial de Saúde Indígena, Polo de Amambai

Leila Rocha Guarani - Nhandeva Kunangue Aty Guasu

Lulhara Arguelho - Movimento das mulheres negras

Lidia Farias - Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

Taís de Cássia Peçanha—Chefe do Serviço de Promoção de Direitos Sociais e Cidadania da Fundação Nacional de Saúde (FUNAI)

Tonico Benites - Assembleia Geral do Povo Guarani Kaiowá (ATY GUASU)

Daniele Lourenço - Hanaiti Ho'unevo Têrenoe (Conselho do Povo Terena)

Mediadora: Claudia Nichnig (UFGD)

Tradutora na língua materna indígena: Indianara Guarani Kaiowá e Lucia Pereira